

Laços de Solidariedade em Tempos Sombrios

As Associações Judaicas no Estado de São Paulo (1937-1955)

Renata Mazzeo Barbosa

RESUMO

As décadas de 1930-40 causaram uma grande transformação, em nível mundial, na comunidade judaica. Fuga da Europa hitlerista, holocausto, criação do Estado de Israel e guerra pela independência contra os árabes-palestinos foram alguns dos acontecimentos que, apesar de acometerem principalmente os judeus ashkenazi, refletiram mudanças na trajetória de toda a comunidade. A emigração forçada iniciada em 1933 gera a busca por refúgios livres do antissemitismo. O *ischuv* [1] na Palestina, região sob o domínio do mandato inglês, não constituía uma opção devido ao regime de cotas imposto à imigração judaica naquele momento. Nessa ocasião, portanto, o Brasil era visto como um “porto seguro”. No entanto, essa visão transformava-se em miragem assim que esses imigrantes chegavam ao país. Sem contar com a ajuda de um governo, em muitos momentos antissemita manifesto, esses israelitas se viram num território estranho, no qual não possuíam conhecimento da língua, emprego, abrigo ou referências. Esse vácuo deixado pelo governo, pela solidariedade brasileira, foi preenchido pela comunidade judaica já estabelecida no país, que, preocupada em receber os recém-chegados, reservava a si a tarefa de ensinar o português, dar abrigo e encaminhar a um emprego. Solidariedade, preocupação com a manutenção da cultura, da identidade e da religião judaicas, além de manifestações políticas e ideológicas foram algumas das principais bandeiras levantadas pelas associações judaicas estabelecidas no Brasil durante as décadas de 1930-50.

[1] *Ischuv* - Nome dado à comunidade judaica estabelecida na Palestina antes da criação do Estado de Israel em 1948.

Introdução

Após a promulgação da Constituição Brasileira de 1934, que instituiu o sistema de quotas para a imigração, podemos afirmar que os ideais racistas transformaram-se em política de Estado no Brasil. Circulando nos bastidores do Itamaraty e dos demais órgãos oficiais¹, o discurso antissemita serviu aos interesses da elite política, muitas vezes simpática às propostas nazifascistas. Eram usadas como pretexto as tradicionais acusações de que os judeus refugiados dedicavam-se apenas ao comércio nas capitais em detrimento da agricultura, além de não serem passíveis de assimilação. A partir de 1934, o Estado Nacional investiu contra este grupo tratando-o, cada vez mais, como indesejável. A religião judaica transformou-se em sinônimo de raça e nacionalidade, o

¹ Circulares Secretas nsº 1.127, 1.261 e 1.249. Carneiro, 2001 e 2003.

que deu margem para que no Brasil, assim como nos países ocupados pelos nazistas, proliferasse o mito ariano e o mito do complô judaico internacional. Sob este prisma o judeu foi frequentemente associado às raças inferiores e ao comunismo (WIAZOVSKI, 2001, p.?). Enquanto a ciência moderna se prestava para legitimar o estigma do judeu como raça inferior, no âmbito do político ele era apresentado como uma ameaça real à segurança nacional. A conexão ao ideário comunista, atrelada ao medo da disseminação de ideias subversivas, favoreceu a construção de uma imagem negativa do judeu, repudiado por diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Diante desta constatação, se faz necessário reconstituir alguns elementos expressivos da proliferação do antissemitismo na Alemanha, tumultuada após a ascensão de Adolf Hitler ao poder em 1933. Após essa data, o Terceiro Reich implantou, através do nacional-socialismo, o plano de extermínio do povo judeu. O agravamento da perseguição empreendida aos judeus alemães e demais cidadãos do Leste Europeu gerou um grande fluxo emigratório, intensificado, cada vez mais, a partir de 1937. Num momento de represália antissemita sem limites, a vida de milhões de judeus passou a depender de um visto para emigrar, conquistado, muitas vezes, através das redes de solidariedade arregimentadas pelas comunidades judaicas em diferentes núcleos receptores nas Américas. Nesse mesmo ano, o governo brasileiro promulgava a primeira de muitas circulares secretas, através da qual implantou uma política antissemita.

O recrudescimento do antissemitismo na Alemanha e o início do Estado Novo no Brasil dificultaram o ingresso dos israelitas interessados em emigrar por conta própria, sem a ajuda das associações de sua comunidade. Aos refugiados judeus que conseguiam desembarcar nos portos brasileiros restava apenas a posse do visto de turista. Mal conseguiam se comunicar com os brasileiros, tinham poucas oportunidades de emprego, e a maioria enfrentava ainda a miséria durante os primeiros meses no novo país. Restava-lhes apenas a solidariedade da comunidade judaica radicada no país desde o final do século XIX. Cientes das necessidades desses refugiados, inúmeros foram os israelitas que, estabelecidos em território nacional, se preocuparam com o salvamento e adaptação desse grupo, muitas vezes formado por apátridas. Liderados pelos mais velhos, uniram-se em associações com o intuito de ajudar aqueles que haviam conseguido o “visto da salvação”, como atestam ainda hoje alguns sobreviventes do nazifascismo. Tal atitude serviu também para fortalecer os laços e a identidade judaica preservada através de sua religião e cultura.

A formação de associações judaicas de ajuda mútua – apesar da expressividade alcançada, entre outros países, no Brasil, após 1938, em decorrência do início da Segunda Guerra Mundial – deve ser entendida como um fenômeno constante na história do povo judeu na Diáspora. É necessário salientar que o povo judeu carrega sobre si uma história milenar delineada pela segregação e discriminação de suas comunidades. Esse aspecto – peculiar a sua trajetória – tem influenciado na organização das comunidades judaicas no exílio dedicadas a preservar a memória histórica do grupo. Muitas vezes, ao enfatizar os fatos históricos que a diferenciam dos demais imigrantes, a comunidade judaica minimiza seus atos salvacionistas, deixando-se ofuscar pelas versões divulgadas pela História Oficial. Dentre estas cabe lembrar a corrente explicação, seguida de agradecimentos ao Brasil enquanto país hospitaleiro e humanitário. Muitos fazem “vista grossa” à política antissemita do governo Vargas, que, em nenhum momento, investiu no salvamento dos judeus perseguidos na Europa. Nesse contexto, a identidade judaica, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra, constituiu-se em elemento imprescindível para a inserção dos judeus refugiados junto aos seus iguais. Foram as associações – frentes de assistência – que lhes forneceram as ferramentas para conquistar melhores condições de trabalho e oportunidades de vida na conjuntura econômica paulistana.

1 – Cultura e Identidade Judaicas

A definição da identidade judaica é um problema cuja resolução tem sido tentada por diversos autores, principalmente os judeus. O embate entre as acepções religiosa, cultural, étnica e histórica se apresenta na maioria dos trabalhos, o que nos leva a concluir por diferentes vias. É indubitável a peculiaridade da identificação dos judeus, que possibilitou sua existência enquanto grupo distinto por dois mil anos de Diáspora, sem que houvesse a ligação a um Estado nacional. Inseridos em sociedades nas quais foram, muitas vezes, repudiados, os judeus resistiram aos caminhos da assimilação e da conversão, esperando pacientemente o momento de seu retorno à Terra que, biblicamente, lhes havia sido prometida.

Dada a impossibilidade de caracterizar o grupo judaico enquanto raça, já que tal definição prevê um complexo no qual se incluem características de origem genética, e considerando-se a superficialidade da religião para a caracterização de um grupo que fundou uma pátria, utilizaremos aqui a definição de grupo étnico de Fredrik Barth para

identificar socialmente os judeus. A proposta de Barth serve ao nosso intuito de explicar a tendência centrípeta da comunidade judaica brasileira e a sua ação solidária.

Segundo Barth, um grupo étnico designa uma população que:

- a) “Perpetua-se por meios biológicos;
- b) Compartilha de valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais;
- c) Compõe um campo de comunicação e interação;
- d) Tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem. (BARTH, 1969, p.10-1)

Deste modo, a constituição de um grupo étnico não depende de qualidades raciais ou referentes à origem nacional, mas é determinada por uma situação de interação social, na qual qualquer característica diferencial pode ser utilizada como instrumento para a definição do grupo. Ou seja, a diferenciação entre os grupos pode basear-se em características religiosas, linguísticas ou alimentares, construindo-se, assim, as peculiaridades étnicas pela instituição dos limites entre os grupos: “na medida em que os agentes se valem da identidade étnica para classificar a si próprios e aos outros, para propósito de interação, eles formam grupos étnicos em seu sentido de organização” (OLIVEIRA, 1976, p.4). Silvia Jane Zveibil, ao elaborar um estudo baseado em entrevistas com jovens judeus, conclui:

É esta relação entre indivíduo e sociedade onde a identidade pessoal (ou individual) e social (ou coletiva) emerge (...) Isto é, que o ser judeu, surge da relação, das pessoas com a sociedade, não sendo portanto uma condição natural, mas construída socialmente. (ZVEIBIL, 1980, p.?)

Este processo depende, portanto, do contato interétnico, da existência de outros grupos que determinem a situação de interação. Adentramos, pois, na essência da identidade étnica: a identidade contrastiva. Roberto Cardoso de Oliveira afirma que, “quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam” (OLIVEIRA, 1976, p.5). Ou seja, a identidade contrastiva surge por oposição e implica, principalmente, a afirmação de *nós* diante dos *outros*. Para Erwin Goffman, o fato de a identidade ser parte dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao grupo, ou ao indivíduo cuja identidade está em questão, constitui a base para a estigmatização desse mesmo grupo (GOFFMAN, 1980, p.?). Nesse sentido, tais indivíduos seriam reféns da ideia que os considerados “normais” construíram sobre eles, não possuindo liberdade para definirem sua própria identidade.

Enquanto Goffman entende a identidade contrastiva como algo negativo, o autor israelita Ludwig Lewisohn analisa as situações de segregação com relativa positividade, já que acredita viver num mundo onde as diferenças são essenciais para o crescimento humano. A massificação da cultura, dos costumes e das pessoas constitui uma característica típica de regimes totalitários, aos quais os indivíduos, em especial os judeus, não devem se render. Em texto dirigido à coletividade judaica brasileira, explica ser necessário diferenciar os judeus do restante da população, criticando abertamente o assimilacionismo. Acreditando que “ser judeu” não é uma escolha ou atribuição social, mas sim, o único destino possível para aqueles que possuem antepassados judeus, o autor clama pela democracia e pela liberdade inerente a esta, para que a comunidade judaica possa ser feliz “ao exibir o seu verdadeiro ‘eu’” (LEWISOHN, s/d, p.19).

Para nós, interessa salientar que os membros do grupo aproveitam sua identidade étnica como modo de estabelecer os limites e reforçar a solidariedade de seu grupo em relação aos demais, num processo em que eles próprios são identificados pelos outros. Segundo Goffman, “o seu grupo real, então, é o agregado de pessoas que provavelmente terão de sofrer as mesmas privações que ele sofreu porque têm o mesmo estigma” (GOFFMAN, 1980, p.124). Aqui, a identidade por contraste é tratada não como algo natural, mas como uma consequência do preconceito de certos segmentos sociais em relação a outros, principalmente as minorias.

Helena Lewin afirma que a endogamia, a solidariedade no exílio e o imperativo da memória compõem os três pilares sobre os quais repousam a identidade judaica e sua perpetuação na Diáspora (apud IGLICKY, 2004, p.17). A endogamia constitui a ferramenta de manutenção da integridade do grupo, de sua continuidade, enquanto o imperativo da memória significa lembrar dos ensinamentos divinos, contar e recontar a história judaica. Já a solidariedade no exílio, tema de nosso estudo, estaria relacionada à destruição do segundo templo de Jerusalém², um símbolo da unidade nacional, evento que incitou as comunidades dispersas no exílio a “se fechar” de modo a manter suas características culturais e religiosas. Deste modo, criou-se um sentimento de responsabilidade “que estimula cada judeu a ser responsável por si e pelos outros judeus. Este sentimento é responsável pela identidade judaica” (LEWIN apud IGLICKY, 2004, p.17).

² O Segundo Templo de Jerusalém, construído após o retorno do exílio imposto pelos babilônios, foi destruído pelos romanos em 70 d.C.

Estabeleceu-se assim, em grande parte das comunidades que conviveram com os judeus, a tese do *enquistamento* da população judaica, uma tentativa de legitimar o antissemitismo através do suposto comportamento “avesso” dos judeus. Assistimos ao início de um “círculo vicioso” no qual o comportamento da comunidade judaica serve de base para manifestações antissemitas que, por sua vez, provocam a manutenção daquele comportamento julgado inadequado.

Ilana Iglicky avança ainda mais na busca das raízes históricas da solidariedade judaica, relacionando-a ao recebimento da *Torá*³ por Moisés no Monte Sinai e ao ensinamento do cultivo da bondade, generosidade e responsabilidade coletiva:

O mandamento da *guemilut chassadim* inclui qualquer ato de bondade que é feito a outro, como emprestar dinheiro ou objeto, ser hospitaleiro, visitar e confortar doentes, dar roupas a quem necessita, auxiliar e alegrar noivos e noivas, enterrar os mortos e consolar os enlutados. (IGLICKY, 2004, p.23)

Ao analisarmos a caracterização da *guemilut chassadim*, percebemos que a mesma pode ser utilizada para explicar a atuação das associações judaicas paulistas, já que suas atividades englobam todo o exposto acima.

Sem a posse de um Estado nacional com o qual pudessem se identificar, os judeus constituíram uma minoria étnica por toda a história da Diáspora. O passado de discriminação e antissemitismo refletiu-se na forma como os judeus se organizaram e construíram sua história em meio à sociedade mais ampla. O ódio aos judeus iniciou-se já no mundo heleno pré-cristão, quando literários antissemitas acusavam a comunidade judaica de sacrificar gregos no templo de Jerusalém. Mais tarde, após o século quarto, a Igreja Católica adotou o mundo greco-romano e o rancor pagão, inserindo esses valores permanentemente na mentalidade ocidental. A partir desse momento, os judeus passaram a ser vistos como “seres que odiavam a humanidade” (DAVIES, 1996, p.?).

Durante a Idade Média, a economia comercial e os preconceitos cristãos empurraram os judeus a ocupações impopulares, como a de traficantes e agiotas. Enquanto a peste negra varria o século XIV, os judeus eram classificados como envenenadores de poços e feiticeiros, em conspiração contra os cristãos. A perseguição aos judeus transformou-os num povo migrante, sem direito a possuir um espaço de terra e restrito aos ofícios mais sórdidos, o que acentuou sua tendência à exclusividade.

³ Torá é o nome dado aos cinco primeiros livros do Tanakh, que constituem o texto central do judaísmo. Contém os relatos sobre a criação do mundo, a origem da humanidade, o pacto de Deus com Abraão e seus filhos e a libertação dos filhos de Israel do Egito e sua peregrinação de quarenta anos até a terra prometida. Inclui também os mandamentos e leis que teriam sido dados a Moisés para que ele os entregasse e ensinasse ao povo de Israel.

No contexto iluminista, os judeus da Europa Central e Ocidental puderam se misturar aos demais, participando ativamente da vida política, social e cultural da época. No entanto, em meados do século XIX, os ideais de democracia, liberalismo e laicização chocaram-se com os antigos ideais tradicionalistas, e os judeus começaram a ser vistos como os “portadores do mundo moderno” (COHN, 1969, p.?), como seres estranhos e semi-demoníacos. O surgimento de teorias científicas raciais no final do século XIX gerou novas abordagens sobre a origem e a natureza humanas: todas as idiossincrasias podiam ser explicadas através da raça. Esse princípio foi assumido pelo moderno antissemitismo e a comunidade judaica passou a ser censurada por qualquer coisa. Nascia assim, ao final do século XIX, a forma moderna de antissemitismo, baseada no mito de um complô judaico⁴.

Essa digressão pretendeu expor brevemente como se deu o avanço do antissemitismo no continente europeu. Se considerarmos que a comunidade judaica brasileira proveio, principalmente, de países da Europa Oriental, Central e Ocidental, nos convém traçar um paralelo entre a forma de organização comunitária nessas regiões e no Brasil. A comunidade judaica europeia formou-se sobre um histórico de segregação e antissemitismo no qual a autonomia e o fechamento de suas instituições em relação ao restante da sociedade constituíram a principal forma de sobrevivência de sua cultura:

Se o anti-semitismo não se mostrasse tão arraigado, persistente e poderoso na civilização católica européia, os judeus não existiriam agora como uma comunidade distinta. Teriam sido completamente assimilados. O que vem recriando constantemente essa consciência judaica e injetando-lhe sempre, nova vitalidade, tem sido o hostil ambiente não judeu que o cerca (DEUTSCHER, 1970, p.45-6)

Ou seja, a presença do antissemitismo e a forte consciência de identidade e de destino comuns teriam favorecido o desenvolvimento de laços de solidariedade entre os judeus. Assim, a amplitude alcançada pelas associações judaicas no Brasil, especificamente em São Paulo, permitiria endossar as teses daqueles que defendem a existência de antissemitismo no Brasil de Vargas e Dutra.

A pesquisa realizada por Sílvia Zveibil a levou a concluir que “sem o góí não haveria o judeu”. É a situação de contato e interação social com o meio exterior que

⁴ “O mito da conspiração judaica mundial representa uma adaptação moderna da tradição demonológica antiga. Segundo esse mito, existe um governo secreto judeu que, através de uma rede mundial de organismos e organizações camuflados, controla partidos políticos e governos, a imprensa e a opinião pública, os bancos e o andamento da economia.”

culmina na conscientização da condição judaica, proporcionando a autoclassificação e a classificação daqueles pertencentes ao meio externo:

Quando as pessoas se identificam como membros de algum grupo, no caso, um grupo étnico, estão tomando posições num sistema de relações definido. No mesmo momento em que se classificam, estão classificando, por um processo de oposição, os outros grupos. (ZVEIBIL, 1980, p.72)

No imaginário judaico a figura do *gói* surge como uma ameaça em potencial, cristalizando todo o universo discriminatório exterior. O antissemitismo transforma-se então num dos elementos de manutenção da comunidade judaica, já que nesse nível de percepção estabelece-se uma linha divisória entre o universo *gói* e o judaico: “o mecanismo de segregação do grupo encontra sua justificativa na hostilidade possível da sociedade mais ampla (...) a ameaça potencial do exterior é a garantia para a existência da segregação social enquanto mecanismo fundamental na constituição do grupo” (ZVEIBIL, 1980, p.69). Ou seja, numa sociedade com características antissemitas, aumenta a possibilidade de fechamento da comunidade judaica em torno de seus membros e de suas próprias instituições. Estabelece-se, desse modo, um “círculo vicioso” no qual os judeus legitimam sua realidade sectária através de seu referencial histórico e da discriminação sofrida pelo meio externo; por outro lado, percebemos que a imagem negativa do judeu muitas vezes nasce de sua crescente separação da sociedade mais ampla.

Elisa Caner entende que a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e a implantação de sua política profundamente antissemita provocaram o retorno do segmento judaico europeu mais liberal às suas origens: “se antes estavam desapegados da sua cultura, vivendo como cidadãos alemães, no momento em que passaram a ser vistos como ‘diferentes’ e, sobretudo sentiram-se ‘diferentes’, uniram-se e fortificaram os laços com o judaísmo” (CANER, 1996, p.30). Tal processo se repetiu no momento em que os refugiados judeus precisaram encontrar novos destinos para suas vidas. É conhecida a proibição à imigração judaica imposta pelo governo de Getúlio Vargas, durante os anos de perseguição hitlerista na Alemanha nazista. Aqueles que conseguiam imigrar para o Brasil muitas vezes o faziam por meios ilegais e, ao chegar, não contavam com nenhum tipo de apoio humanitário por parte do governo instituído. Tais fatores levaram o grupo judaico a inserir-se em ambiente brasileiro através da recomposição de suas formas de organização de apoio mútuo existentes na Europa. Visando facilitar a inclusão da comunidade num novo ambiente e garantir o salvamento

de seus conterrâneos, vítimas do regime nazista, os judeus procuraram se unir na diáspora brasileira e formar associações beneficentes, transformando-as numa ponte entre a comunidade judaica e a sociedade exterior:

Devemos entender a emergência e o desenvolvimento histórico das diferentes instituições comunitárias como uma resposta às necessidades de um grupo, procurando assegurar sua existência e sobrevivência num ambiente nem sempre tão aberto e acolhedor como o é a sociedade brasileira. (RATTNER, 1977, p.79)

O destino e o passado comuns com os quais os judeus se identificam são, certamente, fatores que contribuíram para sua singular união e mútua ajuda analisadas aqui. No entanto, não podemos relegar ao segundo plano o fenômeno do antissemitismo, que exige esta união enquanto reação e defesa por parte dos excluídos. O Holocausto fez reviver aos judeus, de diversas origens e nacionalidades, seu histórico de perseguição e discriminação, levando-os à união, inclusive na Diáspora.

2 – Ação e Solidariedade: Congregação Israelita Paulista

A comunidade judaica brasileira encontrava-se organizada desde o início do século XX. A Primeira Guerra Mundial provocara um aumento considerável desta imigração para o Brasil e, também, para outros países como a Argentina e os Estados Unidos. A imposição de quotas imigratórias por percentagem de nacionalidade obrigou a comunidade já estabelecida a se organizar em prol da recepção dos novos imigrantes e dos refugiados do nazismo. Entre as décadas de 1910 e 1920, algumas das famílias judias mais tradicionais e mais bem estabelecidas fundaram sociedades beneficentes, cujos recursos provinham dos próprios sócios ou eram conseguidos em campanhas envolvendo a comunidade. Importante salientar que, nesse período, os imigrantes judeus eram provenientes, em sua maioria, dos países do Leste Europeu, falavam o ídiche e dedicavam-se ao comércio.

Foi grande o número de associações judaicas com fins assistenciais, políticas, culturais e esportivas fundadas em São Paulo nas décadas de 1920 a 1950. Assim, no que tange ao assistencialismo e à recepção aos refugiados, a associação de maior projeção nas décadas de 1930 a 1950 foi a Congregação Israelita Paulista. Por esse motivo, ela foi privilegiada na seleção da documentação junto ao Arquivo Histórico Judaico-Brasileiro (A.H.J.B.).

A ascensão nacional-socialista na Alemanha em 1933 e a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1938 modificaram o fluxo imigratório judaico para o Brasil. Aos judeus provenientes do Leste Europeu somaram-se outras nacionalidades à medida que o Exército alemão promovia, em cadeia, a ocupação da Tchecoslováquia, Áustria e Polônia. Em sua maioria eram judeus-alemães, educados nos padrões europeus, muitas vezes com formação universitária e pertencentes às classes média e média alta. Esse contingente, apesar de judeu, não se identificava com a corrente imigratória anterior, proveniente do Leste Europeu⁵. Enquanto estes viam na imigração um modo de escapar da pobreza e das, já costumeiras, perseguições religiosas, os judeus-alemães a viam como o desmoronar de sua existência, como o fim do mundo que conheciam. Até a ascensão do nazismo, as famílias judaicas residentes na Alemanha encontravam-se plenamente integradas à vida social, cultural, política e econômica do país. Em alguns casos, sentiam-se mais alemães do que judeus. A imigração surgia, assim, como uma ruptura que, apesar de lhes salvar as vidas, lhes causava uma profunda sensação de deslocamento e desagregação familiar.

A partir de 1933, com a chegada dos primeiros 150 imigrantes judeus da Alemanha a São Paulo, um segmento deste grupo fundou a Comissão de Assistência aos Refugiados Israelitas da Alemanha (CARIA). Sustentada através de donativos e mensalidades angariados junto aos diversos grupos da comunidade israelita paulistana, a CARIA prosseguiu com suas atividades até o final de 1936. Seus objetivos residiam em oferecer aconselhamento, assistência médica e ajuda financeira aos recém-chegados. Esta última consistia na manutenção do recém-chegado por períodos curtos, de um a dois meses, até que o mesmo conseguisse um emprego. Eram concedidos também pequenos empréstimos, usados para financiar cartas de chamada, ou para fins econômicos, como o requerimento de licenças:

Quando avisada pela HIAS, a CARIA recepcionava os imigrantes no navio, desembarcava e despachava sua bagagem e os encaminhava a uma pensão, responsabilizava-se pelas despesas de manutenção dos que fossem carentes de recursos até que tivessem condições de auto-sustentação. Nas ocasiões em que foi necessário, forneceu-lhes roupa de trabalho, ferramentas e encarregou-se de regularizar seus documentos. Organizou também aulas de português. A principal preocupação, sempre, era dar condições ao imigrante de realizar com dignidade a sua independência econômica. (HIRSCHBERG, 1976, p.35)

⁵ Estes foram direcionados, em grande parte, às colônias da *Jewish Colonization Association* (ICA), no sul do Brasil. Muitos não eram alfabetizados e provinham das antigas aldeias da Bielo-Rússia. Um outro segmento, representante da classe média europeia, optou pelos grandes centros urbanos brasileiros, como São Paulo, Porto Alegre e Recife.

No ano seguinte, em 1934, 42 jovens que haviam sido recebidos pela CARIA, apoiados por um grupo de judeus-alemães, decidiram fundar a Sociedade Israelita Paulista (SIP). Voltada para o aspecto cultural e religioso da coletividade, ela visava conscientizar os jovens e torná-los orgulhosos de seu judaísmo; propiciar aos seus sócios um melhor conhecimento de São Paulo e do Brasil e unificar todas as judaicas, de diferentes origens. Nesse sentido, eram ministradas aulas de hebraico, religião e história judaicas, e também eram promovidos encontros voltados para as práticas esportivas e a comemoração das grandes festas judaicas.

O auxílio oferecido pela CARIA mostrou-se suficiente até o ano de 1935, momento no qual o número de imigrantes não era alto, e sua situação econômica e jurídica, do ponto de vista de sua permanência no país, não exigia despesas muito altas. No entanto, a partir de 1936, o perfil dos imigrantes seria drasticamente alterado: eles eram mais velhos, mais numerosos e, geralmente, possuíam vistos temporários. Surgiam, então, novas necessidades financeiras, advindas do esforço de evitar a situação de ilegalidade e o emprego em “profissões indesejáveis”⁶.

Angariar novos fundos entre a comunidade judaica já radicada em São Paulo não era possível naquele momento e as negociações com a ICA a respeito desse financiamento não resultaram em nenhum acerto. Luiz Lorch, naquele mesmo ano, viajou aos Estados Unidos a fim de fechar um acordo com o *American Jewish Joint Distribution Committee*. Detalhando a situação e as necessidades dos refugiados em São Paulo, Luiz Lorch conseguiu o financiamento necessário para o início das atividades do Departamento de Assistência Social da futura Congregação Israelita Paulista (CYTRYNOWICZ, 2001, p.?).

Em outubro de 1936, uma reunião na residência de Luiz Lorch deu origem ao “Protocolo de Fundação de uma Congregação Israelita”. Desse modo, em 1º de julho de 1937, um grupo de judeus-alemães, entre os quais se encontravam o próprio Dr. Lorch, Hans Hamburger, Salo Wissmann, Frederico Zausmer, Guilherme Krauz e o rabino Fritz Pinkuss, inaugurou a primeira sede da Congregação Israelita Paulista (CIP). Enquanto líderes comunitários, pensavam no futuro de uma coletividade judaico-brasileira, através da criação de uma comunidade capaz de adaptar o judaísmo às condições brasileiras e não apenas com a proposta de receber refugiados (PINKUSS, 1989, p.?). Dentre seus objetivos constavam iniciativas para garantir o salvamento e a

⁶ Relatório sobre as atividades do Departamento de Assistência Social. S/d. Fundo Luiz Lorch, LEER-USP.

recepção aos refugiados do nazismo. O ensino da língua portuguesa foi introduzido em meio à associação, enquanto às sextas-feiras eram realizados cultos regulares. Segundo o rabino da Congregação, Fritz Pinkuss: “Os que na semana anterior tinham chegado como ‘refugiados’, na próxima iam deixando de sê-lo, pois efetivamente, a cada sexta-feira se encontravam amparados” (PINKUSS, 1989, p.52).

Desde o início de sua constituição, o Departamento de Assistência Social tornou-se a mola propulsora da CIP, não obstante a existência de diversos departamentos religiosos e culturais. Dividido em Setor Jurídico, Setor de Orientação, Setor Feminino e Lar das Crianças, esse departamento registrou a ajuda a 5.204 pessoas, em dez anos de funcionamento. A ajuda era dada em forma de auxílio financeiro, aconselhamento, apoio para o imigrante judeu legalizar sua situação no país e chamar parentes na Europa. Financeiramente, a parte mais substancial desse trabalho foi a assistência médica e hospitalar, vulgo *Relief*, e o sustento daqueles que ainda não haviam conseguido firmar-se na nova terra. Segundo a edição comemorativa do jornal *Crônica Israelita*, apenas no ano de 1939, 305 pessoas se beneficiaram com essa assistência; dois anos depois, os beneficiados chegaram a 400, período que correspondeu à intensificação das perseguições nazistas na Europa. Naquele momento, a comunidade judaica brasileira e, em especial, a CIP se afligiam por causa dos familiares e amigos que dependiam da posse de um visto de entrada no Brasil para escapar do plano de extermínio sustentado pelo Terceiro Reich. Em 1946, após o final da Segunda Grande Guerra, o número de auxiliados pelo *Relief* foi de apenas 56 pessoas, situação que pode ser explicada se analisarmos esse momento como um interregno entre o fluxo imigratório motivado pelo antissemitismo hitlerista e pela guerra e o início de um novo fluxo, formado pelos deslocados de guerra e sobreviventes dos campos de concentração⁷.

As novas restrições à imigração instituídas pela Constituição de 1934 baseavam-se no sistema de quotas, que limitava o número de imigrantes de uma mesma nacionalidade a uma porcentagem máxima. Os judeus ficaram favorecidos, pois, enquanto grupo religioso com diferentes nacionalidades, poderiam obter vistos de várias quotas, multiplicando o número de imigrantes de seu grupo. Ciente desta brecha, o governo brasileiro procurou novas fórmulas para cercear o ingresso de semitas no Brasil, mas sem tornar pública tal postura, que o tornava conivente com a política

⁷ *Crônica Israelita 10 anos*. Dezembro de 1946. *Dez Anos de Construção da Congregação Israelita Paulista* F. 187/AHJB.

antisemita do III Reich (CARNEIRO, 2001, p.?). Daí o cuidado do Ministro das Relações Exteriores em editar circulares secretas que restringiam ou mesmo impediam a entrada de judeus no Brasil. Em muitos casos, os diplomatas alegavam que a “quota estava esgotada”, sem atender aos compromissos firmados pelo Brasil na Conferência de Evian⁸.

Diante de tal alegação, os refugiados judeus procuravam entrar em território nacional através de um visto de turista que concedia noventa dias de permanência no Brasil. Para conseguir esse visto, muitos israelitas compravam passagens de ida e de volta, com o objetivo de comprovar a intenção de voltar ao seu país. Após o prazo de noventa dias, deveriam solicitar a legalização de sua situação no país e, caso houvesse disponibilidade na quota, o indivíduo garantiria sua permanência. A constante sobrecarga das quotas dificultava aos judeus refugiados a legalização de sua situação: muitos não dispunham de documentos de identificação regularizados, ou então, haviam usado cartas de chamada falsas. Alguns alegavam serem agricultores quando, na realidade, eram professores universitários ou técnicos radicados nos grandes centros urbanos. Também o fato de serem apátridas favorecia a classificação estereotipada de pessoas “sem amor a pátria alguma”, expressão comum no discurso antisemita moderno.

Diante dessa realidade, o setor jurídico da CIP teve importante atuação. Segundo Alice Hirschberg, a produção de cartas de chamada falsas foi uma ferramenta largamente utilizada pela CIP, principalmente em 1938. Naquele momento, era exigida a apresentação de uma carta de chamada, vinda de um parente ou amigo que pudesse se responsabilizar pelo imigrante, para a obtenção do visto de entrada no Brasil. Assim, na sede da Congregação, voluntários revezavam-se durante as madrugadas e finais de semana, reunindo documentos e preparando as “chamadas” que eram encaminhadas ao governo central no Rio de Janeiro, na esperança de um deferimento. Naquele ano, dos 600 pedidos de chamadas encaminhados, cerca de 200 teriam sido deferidos, constituindo verdadeiras “cartas de salvação” (HIRSCHBERG, 1976, p.47).

A tentativa de legalização da permanência dessas pessoas que haviam entrado no Brasil com vistos de turista levou Frederico Zausmer, Salo Wissmann e Guilherme Krausz – sócios fundadores da Congregação Israelita Paulista – a apelar à Secretaria de

⁸ Ocorrida em 6 de julho de 1938, a Conferência de Evian fora convocada pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt para discutir o problema dos refugiados judeus. Apesar do encontro de trinta e dois países em Evian-les-Bains, França, a Conferência não obteve grandes resultados porque a maior parte dos países ocidentais relutava em aceitar judeus refugiados.

Segurança Pública do Estado de São Paulo. Solicitavam como medida de exceção que todos os israelitas que tivessem entrado no país como turistas até aquele ano de 1936 fossem autorizados a permanecer definitivamente no país. O Delegado de Ordem Social expediu uma nota declarando que achava justo e humano que se facilitasse a permanência definitiva dos israelitas alemães⁹. Endossando essa opinião, o Encarregado do Serviço de Fiscalização de Turistas declarou que tal medida se impunha naquele momento, para evitar que o Brasil fosse visto como um país que não amparava os desprotegidos¹⁰. No entanto, apesar de todos os esforços, a medida não foi bem-sucedida, pois Fábio Masetto, responsável por decidir a sorte dos “turistas” israelitas, alegou que todos haviam entrado no Brasil como turistas e que, como tais, não desconheciam o prazo de permanência limitado, já que traziam consigo passagens de ida e volta. Deste modo, considerava indubitável que tais estrangeiros tinham vindo para o Brasil com a intenção de burlar as leis do país, o que o levava a indeferir o pedido¹¹.

Não obstante as dificuldades impostas pelo governo brasileiro, podemos afirmar que as tentativas de legalização de imigrantes feitas pela CIP foram bem-sucedidas. Entre as 5.204 pessoas auxiliadas pelo setor de assistência social nos primeiros dez anos da Congregação, cerca de 1.800 adentraram o Brasil com vistos temporários. Destas, apenas 150 pessoas não conseguiram legalizar sua situação e precisaram deixar o país¹². Tais extradições aconteceram no final de 1937, apogeu do Estado Novo brasileiro, e no final de 1946, quando a ditadura varguista já havia dado lugar à pseudodemocracia do governo Dutra.

Ao Setor de Orientação da CIP cabia receber os recém-chegados e proporcionar as condições necessárias para seu sustento e o de sua família, cuidados médicos e orientação profissional. O imigrante, recebido por representantes da comunidade logo no momento do desembarque, era encaminhado então às pensões judaicas e orientado a frequentar as aulas de português. Calculou-se que, entre os anos 1937 e 1946, mais de 1.000 imigrantes tenham sido beneficiados com as aulas de língua portuguesa

⁹ Informe do Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Política e Social. s/d. *Pront. n° 36002 de Frederico Zausmer*. DEOPS/SP. AESP.

¹⁰ Informe do Encarregado do Serviço de Fiscalização de Turistas. s/d. *Pront. n° 36002 de Frederico Zausmer*. DEOPS/SP. AESP.

¹¹ Informe de Fábio Masetto, Superintendente de ordem Política e Social. s/d. *Pront. n° 36002 de Frederico Zausmer* DEOPS/SP. APESP.

¹² *Crônica Israelita 10 anos*.

oferecidas pela Congregação¹³. Estas aulas foram reiniciadas após 1946, com o objetivo de atender ao novo fluxo de refugiados do pós-guerra. Posteriormente, tentava-se, dentro da própria comunidade, arrumar uma ocupação para o recém-chegado e, enquanto isso não acontecia, o mesmo era mantido pela Congregação através de empréstimos.

A ajuda aos parentes e amigos na Europa também se tornou imprescindível no momento em que a guerra já havia terminado e milhares de judeus se encontravam sem destino e sem provimentos. Importante lembrar que, em 1942, havia sido decretada uma lei que facultava aos empregadores “o direito de rescindir os contratos de trabalho com empregados estrangeiros, súditos das nações com as quais o Brasil haja rompido relações diplomáticas ou se encontre em estado de beligerância”.¹⁴ Ou seja, considerando-se que, em muitos casos, os judeus eram confundidos com súditos exilados por causa de sua nacionalidade alemã, podemos inferir que este tenha sido um dos motivos pelos quais os judeus tiveram dificuldades em arranjar um emprego. Geralmente, os cargos ocupados pelos imigrantes judeus eram conseguidos no interior da própria comunidade. Um exemplo é a indústria de brinquedos Estrella, que mantinha em seus quadros empregados israelitas¹⁵.

Dentre as prioridades da CIP estava o atendimento à comunidade judaica instalada no Brasil. Esta dispunha de serviços religiosos, reuniões culturais, ajuda médica e financeira, creche para as crianças e, até mesmo, uma colônia de férias. Para incrementar a receita, os líderes organizavam festas, aumentavam as mensalidades e, em alguns casos, membros da Diretoria e Assembleia dos Representantes ofereciam empréstimos, como o fez Ludwig Lorch em setembro de 1939¹⁶.

Quando se percebia a necessidade de maiores contribuições por parte dos sócios, faziam-se longas reuniões para discutir estratégias de angariação de fundos. No ano de 1939, foram instaladas “caixinhas da CIP” nas residências dos associados, para que os mesmos fossem também responsáveis pela coleta de fundos para a Congregação. Anos mais tarde, em 1942 – momento em que a CIP tornou-se muito procurada devido às vantagens que oferecia aos seus sócios – determinou-se que os judeus que viviam no

¹³ *Crônica Israelita 10 anos.*

¹⁴ *Decreto-lei nº. 4.638 de 31 de agosto de 1942.* Faculta a rescisão de contrato de trabalho com súditos das nações com as quais o Brasil rompeu relações diplomáticas ou se encontra em estado de beligerância e dá outras providências.

¹⁵ Entre os empregados da Estrella cito: *Prontuário nº 20403 de Adolfo Weill; Prontuário nº 20505 de Herbert Cohn.* DEOPS/SP. APESP.

¹⁶ *Ata da Reunião da Assembléia dos Representantes da CIP.* São Paulo, setembro de 1939. F.187/AHJB.

Brasil havia mais de um ano e meio e que somente naquele instante estavam pedindo sua filiação à Congregação deveriam pagar uma multa correspondente ao valor de doze mensalidades¹⁷.

Não obstante a compreensão dos associados, a cada dois anos era necessário realizar campanhas maiores da CIP ou “*drives* unidos”, com outras associações, na tentativa de arrecadar maiores valores. Nesses *drives*, a comunidade judaica de São Paulo era chamada a participar e, ao final da campanha, os recursos arrecadados eram divididos entre as várias associações participantes.

¹⁷ *Ata da Reunião do Conselho das Comissões da CIP*. São Paulo, 30 de setembro de 1942. F. 187/AHJB.

Bibliografia

- ARENDR, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BRUMER, Anita. *Identidade em Mudança. Pesquisa Sociológica sobre os Judeus do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 1994.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência. A Polícia da Era Vargas*. Brasília: UnB, 1994.
- CANER, Elisa. *Judeus-alemães no Brasil – Um Estudo dos Depoimentos das Vítimas do Nazismo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica. FFLCH/USP, 1996.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)*. 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. *O Veneno da Serpente*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- _____. *Brasil, Um Refúgio nos Trópicos: A Trajetória dos Refugiados do Nazifascismo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____. *Cidadão do Mundo: Brasil e a Questão dos Refugiados Judeus (1933-1948)*. Tese de Livre-docência apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP, 2001.
- COHN, Norman. *El Mito de la Conspiracion Judia Mundial*. Argentina: Raices, 1969.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Unibes 85 anos. Uma História de Trabalho Social da Comunidade Judaica em São Paulo*. São Paulo, 2001.
- _____. *A Congregação Israelita dos Pequenos: História do Lar das Crianças da Congregação Israelita Paulista, 65 anos*. São Paulo: Narrativa-um, 2003.
- DEUTSCHER, Isaac. *O Judeu não-judeu e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- FALBEL, Nachman. *Estudos sobre a Comunidade Judaica no Brasil*. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1984.
- _____. *Arquivo Histórico Judaico Brasileiro: Inventários dos Fundos das Entidades Beneficentes*. São Paulo: Humanitas, 1999.

- FINKELSTEIN, Norman G. *A Indústria do Holocausto*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FISESP. *Fisesp 50 anos*. Comemorativo ao Aniversário da Federação Israelita de São Paulo. São Paulo, 1996.
- GIDDENS, A. *O Estado Nação e a Violência*. São Paulo: EDUSP, 1985.
- GOFFMAN, Erwin. *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- HIRSCHBERG, Alice Irene. *Desafio e Resposta, a História da Congregação Israelita Paulista*, Edição especial por ocasião do quadragenário da Congregação Israelita Paulista, São Paulo, 1976.
- IGLICKY, Ilana Rabinovici. *A Ética Judaica Inserida no Sistema Educacional como Fator Construtor da Identidade Comunitária: Fatos e Realidades*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas. FFLCH/USP, 2004.
- ISAAC, Jules. *Las Raíces Cristianas del Antisemitismo*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1966.
- KOIFMAN, Fábio. *Dom Quixote nas Trevas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- LEWISOHN, Ludwig. *O que é a Herança Judaica?* Rio de Janeiro: Editora B’Nai B’rith, s/d.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Perigo Vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- POLIAKOV, Leon. *A Causalidade Diabólica I*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- RATTNER, H. *Tradição e Mudança. A Comunidade Judaica em São Paulo*. São Paulo: Ática, 1977.
- SKIDMORE, T. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 13º ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- SORJ, Bila. (org.). *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- TRACHTENBERG, Joshua. *El Diablo y los Judios*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1975.
- VIANNA. Francisco José de Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo e Judaísmo, A Comunidade Judaica sob o Olhar do DEOPS; Módulo VI – Comunistas*. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial 2001.
- _____ *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Pensamento Autoritário Brasileiro: Gênese, Difusão e Desdobramentos*. Dissertação de Mestrado apresentada

ao Programa de pós-graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas. FFLCH/USP, 2005.

ZVEIBIL, Silvia Jane. *Identidade Étnica Judaica. Caracterização e Processo de Constituição*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais. FFLCH/USP, 1980.